



# CRENCIAÇÃO, SISTEMAS E REDES NACIONAIS DE MUSEUS

UMA PANORÂMICA EUROPEIA CONTEMPORÂNEA

VOLUME II - APÊNDICES

---

*Maria Clara de Frayão Camacho*

Tese apresentada à Universidade de Évora  
para obtenção do Grau de Doutor em História

ORIENTADORES: *Professor Doutor João Carlos Pires Brigola*  
*Professora Doutora Raquel Henriques da Silva*

ÉVORA, JULHO DE 2014







# **CRENCIAÇÃO, SISTEMAS E REDES NACIONAIS DE MUSEUS**

UMA PANORÂMICA EUROPEIA CONTEMPORÂNEA

## **VOLUME II - APÊNDICES**

*Maria Clara de Frayão Camacho*

Tese apresentada à Universidade de Évora  
para obtenção do Grau de Doutor em História

ORIENTADORES:

*Professor Doutor João Carlos Pires Brigola*

*Professora Doutora Raquel Henriques da Silva*

ÉVORA, JULHO DE 2014



# ÍNDICE DO VOLUME I

AGRADECIMENTOS .....	i
RESUMO E ABSTRACT .....	iii
ÍNDICE DE QUADROS E ÍNDICE DE TABELAS .....	xi
LISTA DE SIGLAS E DE ACRÓNIMOS .....	xiii
LISTA DE ABREVIATURAS .....	xv
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	1
<b>PRIMEIRA PARTE – ESTADO DA ARTE</b> .....	11
<b>I. NOÇÃO DE CREDENCIAÇÃO</b> .....	13
<b>II. NOÇÕES DE SISTEMA E DE REDE</b> .....	19
<b>III. VISÕES EUROPEIAS</b> .....	29
1. ABORDAGENS HISTÓRICAS E COMPARATIVAS .....	31
2. ABORDAGENS CRUZADAS.....	37
3. RECOMENDAÇÕES E PROPOSTAS.....	41
<b>IV. OLHARES NACIONAIS</b> .....	47
<b>SEGUNDA PARTE – PERSPETIVA DIACRÓNICA (1985-2010)</b> .....	51
<b>V. ANTECEDENTES</b> .....	53
1. RAÍZES NORTE-AMERICANAS .....	53
1.1. Dos padrões de referência à exploração embrionária da acreditação .....	53
1.2 <i>Museum Accreditation Program</i> : enquadramento e configuração.....	57
2. UMA TENTATIVA GORADA NO REINO UNIDO.....	63
<b>VI. CONTINUIDADE E INOVAÇÃO: O MODELO BRITÂNICO</b> .....	75
1. CONVIVÊNCIAS, MODIFICAÇÕES E TRANSFERÊNCIAS .....	75
2. UM SISTEMA NOVO: OPERACIONALIZAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO .....	78
3. REVISÕES E APROFUNDAMENTOS: DO <i>REGISTRATION</i> AO <i>ACCREDITATION</i> .....	87
4. MATURIDADE VERSUS ARTICULAÇÃO RETICULAR .....	97
<b>VII. UM SISTEMA NACIONAL E ASSIMETRIAS REGIONAIS: A ESPANHA DAS AUTONOMIAS</b> .....	101
1. DO SISTEMA ESPANHOL DE MUSEUS À REDE DE MUSEUS DE ESPANHA.....	101
2. PROLIFERAÇÃO DE SISTEMAS E REDES AUTONÓMICOS. O CASO DA CATALUNHA .....	115
3. NORMALIZAÇÃO VERSUS DIVERSIDADE.....	123
<b>VIII. A INICIATIVA PROFISSIONAL: O <i>REGISTO</i> HOLANDÊS</b> .....	129
1. ORIGENS E ENQUADRAMENTOS.....	129
2. DE UM AMBIENTE FAVORÁVEL À APLICAÇÃO DO <i>MUSEUMREGISTER</i> .....	134

3. AUTONOMIA E LIDERANÇA ASSOCIATIVA.....	138
<b>IX. ORGANIZAÇÃO DOS MUSEUS EM TEMPOS DE TRANSIÇÃO: OS CASOS DA LETÓNIA E DA POLÓNIA.....</b>	<b>141</b>
1. DOS SISTEMAS ESTATAIS DE MUSEUS À CONSTRUÇÃO DE NOVAS POLÍTICAS MUSEOLÓGICAS.....	141
2. LEIS, CREDENCIAÇÃO E <i>REGISTO</i> DE MUSEUS.....	147
3. “ORDENAR O CAOS” VERSUS NOVOS PARADIGMAS.....	151
<b>X. PADRÕES NACIONAIS E POLARIZAÇÃO REGIONAL: O PARADOXO ITALIANO.....</b>	<b>157</b>
1. SISTEMAS E REDES NA ITÁLIA DOS MUSEUS.....	157
2. A REFERÊNCIA NACIONAL: O <i>ATTO DI INDIRIZZO SUI CRITERI TÉCNICO-SCIENTIFICI E SUGLI STANDARD</i> .....	162
3. ORIENTAÇÕES ITALIANAS VERSUS UM MOSAICO REGIONAL.....	172
<b>XI. RECONHECIMENTO E UNIFICAÇÃO: <i>MUSÉES DE FRANCE</i>.....</b>	<b>177</b>
1. DO ESQUEMA TRIPARTIDO À PROSPEÇÃO DAS REDES DE MUSEUS.....	177
2. A <i>LEI DOS MUSEUS DE FRANÇA</i> .....	186
3. A EXCEÇÃO FRANCESA.....	192
<b>XII. CREDENCIAÇÃO E ORGANIZAÇÃO EM REDE: A <i>REDE PORTUGUESA DE MUSEUS</i>.....</b>	<b>199</b>
1. CONTEXTOS HISTÓRICOS E ANTECEDENTES RETICULARES.....	199
2. DOS DEBATES À GÉNESE DA <i>REDE PORTUGUESA DE MUSEUS</i> .....	206
3. UMA REDE, UMA LEI, UM INSTITUTO.....	214
4. CONFLUÊNCIA DA CREDENCIAÇÃO E DE UMA REDE NACIONAL.....	224
<b>XIII. PADRÕES E FORMAÇÃO: O PROGRAMA IRLANDÊS.....</b>	<b>233</b>
1. UMA POLÍTICA MUSEOLÓGICA EMERGENTE E UM PROCESSO PARTICIPADO.....	233
2. O <i>MUSEUM STANDARDS PROGRAMME FOR IRELAND</i> .....	241
3. EXEMPLOS ANGLÓFONOS VERSUS SINGULARIDADES NACIONAIS.....	243
<b>TERCEIRA PARTE – PERSPETIVA COMPARADA.....</b>	<b>247</b>
<b>XIV. CONTEXTOS E OBJETIVOS.....</b>	<b>249</b>
1. PANORAMA ADMINISTRATIVO, GESTIONÁRIO E ASSOCIATIVO.....	249
2. OBJETIVOS COMUNS E ESPECÍFICOS.....	257
<b>XV. MEIOS E RECURSOS.....</b>	<b>263</b>
1. MEDIDAS NORMATIVAS.....	263
1.1 Legislação e diretrizes.....	263
1.2 Elegibilidade: unidade e pluralidade conceptual dos museus.....	264
1.2.1 Matizes da natureza institucional.....	267

1.2.2 Diversidade funcional e patrimonial .....	270
1.2.3 Ao serviço da sociedade e em benefício dos públicos .....	274
1.3 Padrões e requisitos .....	277
2. MEDIDAS ORGANIZATIVAS .....	284
2.1 Organismos gestores e consultivos .....	284
2.2 Processos, procedimentos e monitorização .....	288
3. MEDIDAS PROGRAMÁTICAS .....	292
<b>XVI. RESULTADOS E EFEITOS .....</b>	<b>295</b>
1. IMPACTO QUANTITATIVO .....	295
2. VANTAGENS E BENEFÍCIOS .....	301
2.1 Impacto institucional e gestor .....	303
2.1.1 Sensibilização das autoridades de tutela .....	303
2.1.2 Acesso a financiamento .....	305
2.1.3 Formalização de instrumentos de gestão .....	307
2.1.4 Profissionalização e formação do pessoal .....	310
2.1.5 Estimulo a parcerias e redes .....	312
2.2 Impacto funcional e patrimonial .....	316
2.2.1 Elevação dos padrões e cumprimento das funções museológicas .....	316
2.3 Impacto externo .....	319
2.3.1 Estatuto e credibilidade entre pares .....	319
2.3.2 Melhoria dos serviços prestados .....	320
2.3.3 Reconhecimento público .....	322
3. PROBLEMAS E DESAFIOS .....	325
3.1 Universalidade versus diferenciação .....	325
3.2 Dificuldades de gestão .....	331
<b>XVII. TRANSFORMAÇÕES, EVOLUÇÕES E RETROCESSOS (2010-2013) .....</b>	<b>337</b>
1. CONTEXTOS INSTITUCIONAIS: A VAGA DE REFORMAS ADMINISTRATIVAS .....	337
2. À MARGEM DAS REFORMAS: REVISÕES E ATUALIZAÇÕES DA CREDENCIAÇÃO .....	346
2.1 O <i>New Accreditation</i> do Reino Unido .....	346
2.2 O novo <i>Museumregister</i> dos Países Baixos .....	350
3. EFEITOS DAS MODIFICAÇÕES ORGÂNICAS NA CREDENCIAÇÃO E NAS REDES ..	353
<b>CONCLUSÕES .....</b>	<b>361</b>
<b>FONTES E BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>373</b>

## ÍNDICE DO VOLUME II

APÊNDICE A – FICHA DE RECOLHA DE DADOS .....	iii
APÊNDICE B – CRONOLOGIA .....	v
APÊNDICE C – ENTREVISTAS.....	xxvi
C.1. ENTREVISTA COM HARTMUT DORGERLOH (DIRETOR DA <i>STIFTUNG PREUSSISCHE SCHLÖSSER UND GÄRTEN BERLIN-BRANDENBURG</i> – FUNDAÇÃO DE PALÁCIOS E JARDINS NACIONAIS DE BERLIM-BRANDENBURGO, ALEMANHA).....	xxvi
C.2. ENTREVISTA COM ENRIQUE VARELA AGÜÍ ( <i>SUBDIRETOR GENERAL DE MUSEOS ESTATALES</i> , ESPANHA) E ANA AZOR (TÉCNICA DA <i>SUBDIRECCIÓN GENERAL DE MUSEOS ESTATALES</i> , ESPANHA) .....	xxix
C.3. ENTREVISTA COM JUAN VALADÉS SIERRA (DIRETOR DO MUSEU DE CÁCERES, ESPANHA) .....	xxxii
C.4. ENTREVISTA COM ANA AZOR (TÉCNICA DA <i>SUBDIRECCIÓN GENERAL DE MUSEOS ESTATALES</i> , ESPANHA) .....	xxxv
C.5. ENTREVISTA COM SOFÍA RODRÍGUEZ (PRESIDENTE DO ICOM ESPANHA E DIRETORA DO MUSEU NACIONAL DE ARTES DECORATIVAS, ESPANHA) ...	xxxviii
C.6. ENTREVISTA COM PHILIPPE BÉLAVAL ( <i>DIRECTEUR GENERAL DES PATRIMOINES</i> , FRANÇA).....	xlii
C.7. ENTREVISTA COM ANNE KREBS (DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PESQUISAS DO MUSEU DO LOUVRE, FRANÇA) .....	xlvi
C.8. ENTREVISTA COM DOMINIQUE FERRIOT (EX-PRESIDENTE DO ICOM FRANÇA E EX-DIRETORA DO <i>MUSÉE DES ARTS ET MÉTIERS</i> ; PROFESSORA NA UNIVERSIDADE DE PARIS I SORBONNE, FRANÇA) .....	liv
C.9. ENTREVISTA COM BEATRICE KELLY (RESPONSÁVEL PELO SECTOR DE MUSEUS NO <i>HERITAGE COUNCIL</i> , IRLANDA) E LESLEY-ANN HAYDEN (COORDENADORA DO <i>MUSEUM STANDARDS PROGRAMME FOR IRELAND</i> , IRLANDA) .....	lxi
C.10. ENTREVISTA COM MARIE BOURKE (DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DA <i>NATIONAL GALLERY OF IRELAND</i> , IRLANDA) .....	lxxi
C.11. ENTREVISTA COM PAUL DOYLE (PRESIDENTE DA <i>IRISH MUSEUMS ASSOCIATION</i> E REGISTRAR DO <i>NATIONAL MUSEUM – MUSEUM OF DECORATIVE ARTS AND HISTORY</i> , IRLANDA) .....	lxxvii
C.12. ENTREVISTA COM MAURIZIO MAGGI (INVESTIGADOR DO <i>ISTITUTO DE RICERCHE ECONOMICHE E SOCIALE</i> , PIEMONTE, ITÁLIA) .....	lxxxii
C.13. ENTREVISTA COM MARGHERITA SANI (TÉCNICA DO <i>ISTITUTO PER I BENI CULTURALI E NATURALI</i> . REGIÃO DA EMÍLIA-ROMANHA, ITÁLIA) .....	lxxxiv
C.14. ENTREVISTA COM ADELAIDE MARESCA COMPAGNA (TÉCNICA DO <i>MINISTERO PER I BENI E LE ATTIVITÀ CULTURALI</i> , ITÁLIA) .....	lxxxvii
C.15. ENTREVISTA COM ANITA JIRGENSONE (TÉCNICA DA AUTORIDADE ESTATAL DE MUSEUS, LETÓNIA).....	xc



C.16. ENTREVISTA COM AGRITA OZOLA (PRESIDENTE DO CONSELHO DE MUSEUS DA LETÓNIA E DIRETORA DOS MUSEUS DE TUKUMS, LETÓNIA) .....	xciii
C.17. ENTREVISTA COM ELLIE BRUGGEMAN (ATUAL RESPONSÁVEL DO <i>MUSEUMREGISTER</i> , PAÍSES BAIXOS) E ANNEKE HOGEWEG (ANTERIOR RESPONSÁVEL DO <i>MUSEUMREGISTER</i> , PAÍSES BAIXOS) .....	xcv
C.18. ENTREVISTA COM SIEBE WEIDE (PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DE MUSEUS HOLANDESES, PAÍSES BAIXOS) .....	cix
C.19. ENTREVISTA COM TOINE BERBERS (PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DE MUSEUS NACIONAIS, PAÍSES BAIXOS) E REBECCA RASKAM (CONSULTORA DA ASSOCIAÇÃO DE MUSEUS NACIONAIS, PAÍSES BAIXOS) .....	cxv
C.20. ENTREVISTA COM FRANK BERGEVOET (TÉCNICO DA AGÊNCIA HOLANDESA DO PATRIMÓNIO, PAÍSES BAIXOS) .....	cxv
C.21. ENTREVISTA COM DOROTA FOLGA-JANUSZEWZSKA (DIRETORA DO INSTITUTO DE MUSEOLOGIA DA UNIVERSIDADE CARDEAL STEFAN WYSZYNSKI DE VARSÓVIA, POLÓNIA) .....	cxxviii
C.22. ENTREVISTA COM PAWEL JASKANIS (PRESIDENTE DA COMISSÃO NACIONAL DO ICOM E DIRETOR DO PALÁCIO WILANOW, POLÓNIA) E PIOTR SZPANOWSKY (DIRETOR ADJUNTO DO PALÁCIO WILANOW, POLÓNIA) .....	cxv
C.23. ENTREVISTA COM PIOTR MAJEWSKI (DIRETOR DO NIMOZ, POLÓNIA) ..	cxlv
C.24. ENTREVISTA COM ISABEL WILSON (COORDENADORA DA ACREDITAÇÃO NO <i>MUSEUMS, LIBRARIES AND ARCHIVES – ARTS COUNCIL ENGLAND</i> , REINO UNIDO) .....	cliii
C.25. ENTREVISTA COM MARK TAYLOR (PRESIDENTE DA <i>MUSEUMS ASSOCIATION</i> , REINO UNIDO) .....	clvi
C.26. ENTREVISTA COM SHARON HEAL (EDITORA DO <i>MUSEUMS JOURNAL – MUSEUMS ASSOCIATION</i> , REINO UNIDO) .....	clxii
C.27. ENTREVISTA COM BRITTA LUNDGREN (TÉCNICA DO MUSEU REGIONAL DE VASTERBOTTEN, SUÉCIA) .....	clxvii
C.28. ENTREVISTA COM ANN-CHARLOTTE BACKLUND (SECRETÁRIA DA ASSOCIAÇÃO DE MUSEUS SUECOS, SUÉCIA) .....	clxxii



# APÊNDICES



## APÊNDICE A – FICHA DE RECOLHA DE DADOS

<b>Campos</b>	<b>Instruções de preenchimento</b>
País	Nome do país (em português).
População	Fonte: europa.eu (portal da UE).
Sistema político e configuração administrativa	Tipo: estado unitário ou federal; nos estados unitários referir a organização em regiões, comunidades autónomas, províncias, departamentos, municípios.
Denominação do sistema de credenciação (C) <sup>1</sup>	Nome de C; referir inexistência (quando aplicável).
Denominação da rede nacional de museus (R) <sup>2</sup>	Nome de R; referir inexistência (quando aplicável).
Ligação entre sistema de credenciação e rede nacional (C/R)	Existente (explícita ou implícita, formal ou informal) ou inexistente.
Redes e/ou sistemas geográficos e temáticos	Redes e sistemas infranacionais ou temáticos.
Número total de museus	Dados quantitativos Fonte, ano
Número de museus credenciados (C)	Dados quantitativos Fonte, ano
Número de museus da rede (R)	Dados quantitativos Fonte, ano. Referir quando não coincidente com o número dos museus credenciados.
Linhas orientadoras da política museológica (C/R)	Principais tópicos da política museológica do país. Fonte principal: documentos oficiais. Fontes secundárias: artigos, debates, apresentações. Ex.: transferência de competências para a administração local, novas formas de gestão dos museus nacionais, digitalização de inventário, circulação de bens culturais.
Objetivos (C/R)	Objetivos (comuns ou diferentes de C e R), objetivos museológicos e outros.
Antecedentes (C/R)	Pequeno historial de C e R; quando aplicável, referir projetos anteriores mal sucedidos.
Modelos (C/R)	Sistemas “inspiradores” europeus ou extraeuropeus. Indicar a fonte. Ex.: britânico, norte-americano.

<sup>1</sup> C – Sistema de credenciação.

<sup>2</sup> R – Rede de museus.

Contexto e processo de criação (C/R)	Fatores presentes na génese; realização de inquéritos; descrição do processo; indicação dos participantes (museus, associações) e formas de participação.
Data de criação (C/R)	Dados quantitativos. Referir quando as datas de C e R não forem coincidentes.
Datas das revisões (C/R)	Dados quantitativos e qualitativos.
Legislação, normativos e regulamentos (C/R)	Elenco e resumo breve das leis, decretos e regulamentos. Referir inexistências. Reformas jurídicas.
Organismos governamentais (C/R)	Elenco e breve apresentação de estrutura orgânica e competências. Breve evolução dos organismos no período em análise.
Organismos associativos (C/R)	Elenco e breve apresentação das atividades.
Programas de apoio a museus (C/R)	Medidas e programas de formação, apoio técnico e financeiro, informação
Conceitos (C/R)	Conceito de museu, de credenciação e de rede.
Requisitos (C)	Elenco e breve descrição dos requisitos (padrões, critérios) de credenciação e documentação obrigatória.
Entidade(s) gestora(s) (C/R)	Entidades governamentais, associativas e outras de gestão de C e R. Papel e funções.
Entidade(s) consultiva(s) (C/R)	Órgãos consultivos próprios (ou pré-existent) de C e R; ou inexistência. Papel e funções.
Processo e procedimentos (C)	Fases (da candidatura à credenciação); ou outras formas (por decreto).
Monitorização e controlo (C)	Período de validade da credenciação, revisões, formas de controlo dos requisitos.
Funcionamento (R)	Formas de funcionamento: hierarquizada, centralizada / descentralizada, formalizadas, articulações.
Ligação ao financiamento público (C/R)	Relações de C e R com os programas de financiamento público (nacionais e europeus); verificar se são requisitos obrigatórios de acesso. Ausência de ligações.
Resultados (C/R)	Breve apresentação dos resultados obtidos. Fontes principais: relatórios, avaliações.
Autoavaliação: vantagens e problemas (C/R)	Vantagens e problemas (pontos fortes e fracos) a partir da documentação e dos contactos presenciais.
Estudos de avaliação (C/R)	Estudos internos, externos ou mistos, de monitorização e/ou avaliação.

# APÊNDICE B – CRONOLOGIA

## I – Antecedentes (1845-1984)

1845

- **Reino Unido** – *Museums Act* – Autoriza a criação de museus municipais. Permitiu às povoações com mais de 10 000 habitantes criar e gerir museus financiados pelos impostos locais.

1882

- **França** – Relatório do Ministro das Artes, Antonin Proust, sobre a organização dos museus e a criação da *École du Louvre*. O decreto de 24 de janeiro organiza os museus em duas categorias: *musées de l'état* e *musées des villes et départements*.

1889

- **Reino Unido** – Criação da *Museums Association* (MA), a mais antiga associação de museus do mundo.

1895

- **França** – Criação da *Réunion des Musées Nationaux* (RMN) pela Lei das Finanças de 16 de abril. Dotada de personalidade jurídica e autonomia financeira, a RMN tinha competências na aquisição de coleções para quatro museus nacionais (Louvre, Versailles, Saint-Germain e Luxembourg).

1896

- **Reino Unido** – Programa do *Victoria & Albert Museum*, de apoio a aquisições dos museus locais. Tendo evoluído de um programa criado em 1881, de apoio a escolas de arte, é o primeiro programa de apoio financeiro a museus não nacionais no Reino Unido.

1901

- **Espanha** – O Real Decreto (RD), de 19 de novembro, aprova o Regulamento Geral dos museus geridos pelo *Cuerpo de Archiveros, Bibliotecarios y Arqueólogos*.

1906

- **EUA** – Criação da *American Association of Museums* (AAM).

1911

- **Portugal** – Decreto nº 1, de 29 de maio de 1911 – O diploma de "Reorganização dos serviços artísticos e arqueológicos" em três circunscrições com sede em Lisboa, Coimbra e Porto, estabelece a primeira organização e hierarquização dos museus do Estado.

1917

- **Alemanha** – Criação da *Deutscher Museumbund* (Associação de Museus Alemães).

## 1918

- **Alemanha** – Código de Ética da *Deutscher Museumsbund*, o primeiro código para profissionais de museus.
- **França** – Criação da *Association Syndicale des Conservateurs des Collections Publique de France*, antecessora da atual *Association Général des Conservateurs des Collections Publiques de France*.

## 1925

- **EUA** – *Code of Ethics for Museum Workers*, da AAM.

## 1926

- **Países Baixos** – Criação da *Nederlandse Museumvereniging* (Associação de Museus Holandeses).

## 1927

- **Reino Unido** – Criação da *Royal Commission on National Museums and Galleries*.

## 1929

- **Reino Unido** – Criação da *National Museums Directors Conference* (NMDC). Relatório da *Royal Commission on National Museums and Galleries*.

## 1931

- **Reino Unido** – Início de funcionamento da *Standing Commission on Museums and Galleries*, criada em 1930, segundo as recomendações do relatório da *Royal Commission on National Museums and Galleries*, de 1929.

## 1932

- **Portugal** – O DL 20 985/1932, de 7 de março, categoriza os museus portugueses em três grupos: museus nacionais, museus regionais e demais museus, incluindo museus municipais.

## 1933

- **Espanha** – A *Junta Superior del Tesoro Artístico* (Lei de 13 de maio de 1933 sobre Património Artístico Nacional) conta com uma secção dedicada a museus, antecedente da *Junta Superior de Museos*.

## 1938

- **Reino Unido** – O *Relatório Markham*, promovido pelo *Carnegie United Kingdom Trust*, identifica os museus locais como recursos públicos nacionais.

## 1941

- **Portugal** – No *II Congresso Transmontano de Pessoal Superior dos Museus de Arte*, João Couto, Diretor do Museu Nacional de Arte Antiga, preconiza uma *rede de museus do Estado* que inclua apoio técnico e financeiro aos museus municipais.
- **França** – Lei de 10 de agosto relativa aos Museus de Belas Artes.



## 1945

- **França** – *Ordonnance* nº 45-1546 de 13 de julho, sobre a organização provisória dos Museus de Belas Artes, distingue duas categorias de museus: *musées classés* e *musées contrôlés*. O Decreto 45-1889 de 18 agosto cria a *Direction des Musées de France* (DMF), que substitui a *Direction des Musées Nationaux*. Esta tinha gerido os 30 museus do Estado e uma *inspection des musées de province* exercia o controlo dos museus pertencentes às autarquias locais.
- **Países Baixos** – Criação do departamento governamental de Artes e Cultura.
- **Polónia** – Criação da *Direção Geral dos Museus e da Proteção dos Monumentos Históricos*, no Ministério da Cultura. É instituído um esquema de funcionamento dos museus com três níveis de interdependência (nacional, regional e local), num modelo centralizado e controlador.
- **Reino Unido** – Criação do *Arts Council* com funções de financiamento à cultura e às artes, fortemente influenciado pelo economista John Keynes.

## 1948

- **Reino Unido** – A MA publica o *Directory of Museum and Galleries in the British Isles*.

## 1949

- **Reino Unido** – A conferência anual da MA, em Leicester, tem como tema a cooperação entre museus.

## 1951

- **Japão** – Publicação da Lei de Museus, Lei nº 285. A lei prevê o registo dos museus.

## 1957

- **EUA** – As conferências regionais de museus da AAM abordam os padrões para museus.
- **Reino Unido** – Decisão de criação dos *Area Museum Councils*, serviços de apoio aos museus locais.

## 1958

- **EUA** – Tema do encontro anual da AAM: “Higher Standards for a New Museum Public”. A *Southeastern Museum Conference* realiza um debate sobre o relatório de Arnold B. Grobman, *Standards for Museum Practices*. O documento *Statement on Standards* é preparado pelo *Committee on Standards* da *Southeastern Museum Conference* e aprovado por esta em 19 de outubro. A AAM começa a preparar a publicação do *Museums Directory*, com a lista dos museus dos EUA e do Canadá.

## 1959

- **Eslovénia** (ex-Jugoslávia) – Lei de Museus, revista em 1965. Definições de museu e de coleção e adoção de padrões internacionais.
- **França** – Criação do *Ministério da Cultura* por André Malraux.

- **Reino Unido** – Criação do *South West Area Museum Council* (AMC), por iniciativa das administrações locais e entidades de tutela, o primeiro de uma série de AMC que seriam estabelecidos ao longo dos anos 1960 e seguintes.

#### 1960

- **Itália** – A Lei 1 080, de 27 de setembro, confia a uma comissão especializada a classificação dos museus em quatro categorias, segundo o tamanho e a importância: *grandi, minori, medi e multipli*.

#### 1962

- **EUA** – O relatório anual da AAM refere que esta estava a criar o *Accrediting System for Museums*, para estabelecer “uma lista oficial de museus qualificados”, a publicar na 2ª edição do *Museums Directory*.
- **Polónia** – Lei de Museus e da Proteção dos Bens Culturais. Regula o sector museológico e assegura a proteção das coleções privadas inscritas no inventário nacional.
- **Portugal** – João Couto propõe o alargamento da *rede dos museus nacionais e regionais*.

#### 1963

- **EUA** – O programa de acreditação da AAM para museus de História estava em preparação, planeando-se o futuro alargamento a outras tipologias de museus.
- **Reino Unido** – Inquérito aos museus locais, promovido pela *Standing Commission on Museums and Galleries: Survey of Provincial Museums and Galleries (Rosse Report)*.

#### 1964

- **Reino Unido** – Criação do departamento governamental *Office of Arts and Libraries*, na dependência do *Department for Education and Science*. A Lei de Bibliotecas e Museus Públicos, *Public Libraries and Museums Act*, confere poderes à administração local na gestão e apoio a Museus das suas áreas administrativas de museus.

#### 1965

- **Portugal** – O DL n.º 46 758/1965 (*Regulamento Geral dos Museus de Arte, História e Arqueologia*) sistematiza orientações e normativos aplicáveis ao sector museológico.
- **Suécia** – Início das atividades experimentais do *Centro Sueco de Exposições Itinerantes*, à imagem do teatro e das organizações musicais itinerantes (na atualidade: ‘rede de instituições culturais’).

#### 1966

- **Canadá** – Nova Escócia – O *Nova Scotia Museum Assistance Programme* desenvolve a criação de programas de apoio financeiro e consultivo a museus e alguns aspetos da acreditação.

## 1967

- **EUA** – Em 20 de junho, o Presidente Lyndon Johnson pede ao *US Federal Council on Arts and Humanities* um estudo sobre o estatuto dos museus americanos com vista ao seu apoio e fortalecimento. O Conselho pede o apoio da AAM que constitui um grupo de trabalho.

## 1968

- **EUA** – A AAM elabora o relatório solicitado pelo *Federal Council on Arts and Humanities* e remete-o a este organismo, que o envia, em 25 de novembro, ao Presidente Johnson. O *America's Museums: the Belmont Report* salienta a urgência de a AAM desenvolver critérios e métodos de acreditação de museus. É criado o primeiro comité de acreditação da AAM.
- **Reino Unido** – O *Museums Journal*, publicado pela *Museums Association*, defende a elaboração de padrões nacionais para os museus. É apresentada uma proposta de organização dos museus britânicos, ancorada nos museus regionais e inspirada no sistema francês. Na conferência anual é aprovada uma proposta de preparação do “registo de museus aprovados”.

## 1969

- **EUA** – No encontro anual da AAM, em San Francisco, é aprovado o relatório preliminar do recente comité de credenciação, incluindo os princípios da credenciação. Em 10 de dezembro, no discurso ao Congresso, o Presidente Nixon salienta a vitalidade das instituições culturais e reforça o orçamento federal da cultura.
- **Reino Unido** – A *Museums Association* começa a preparar o *Museums Register*, a pedido de vários membros. São discutidos os padrões para os museus.

## 1970

- **Canadá** – Debate sobre a necessidade de um sistema nacional de padrões para os museus.
- **EUA** – O comité de credenciação da AAM apresenta *Museum Accreditation: a Report to the Profession*; a AAM inicia formalmente a acreditação depois de debates e relatórios preliminares; é formada a primeira comissão de acreditação. Os museus são reconhecidos como instituições educativas no *Environmental Education Act*, aprovados pelo Senado e pelo Congresso, o que permite a sua elegibilidade para receber apoio financeiro pelos serviços educativos prestados à comunidade.
- **ICOM** – Publicação do Código *Ethics of Acquisition*.

## 1971

- **EUA** – Credenciação dos primeiros 16 museus e receção de 410 candidaturas.
- **Reino Unido** – O grupo de trabalho *Museum Accreditation*, da MA, apresenta uma proposta de documentação de candidatura e uma *check-list* da acreditação na conferência anual da MA em Exter. É aprovada pela assembleia da MA a proposta de criação de um esquema de acreditação voluntária para os museus britânicos.

## 1973

- **EUA** – A AAM publica *Museum Accreditation: Professional Standards*. 223 museus estavam credenciados e 543 museus tinham-se candidatado.
- **Canadá** – Nova Escócia – O *Museum Assistance Program* evolui para um sistema de credenciação.
- **Japão** – Orientação para os museus, no desenvolvimento da Lei de Museus, de 1951.
- **Reino Unido** – A assembleia da MA ratifica o *Museum Accreditation*. O Relatório Governamental sobre os museus, conhecido como *Eccles Report*, refere brevemente a acreditação e remete o seu desenvolvimento para a *Standing Commission on Museums and Galleries*. O Comité Eccles apoia o ensaio da acreditação em três museus, conduzido pelo *Accreditation Committee* da MA. O esquema é inspirado no dos EUA.

## 1974

- **Itália** – A *Direzione Generale delle Antichita e Belle Arti*, criada 80 anos antes, sai do Ministério da Educação para formar uma entidade administrativa própria.
- **Reino Unido** – Relatório do *International Institute for Conservation – Conservation in Museums and Galleries: a Survey of facilities in the United Kingdom*. A MA introduz a credenciação.
- **Suécia** – Aprovação pelo Parlamento da Resolução da Cultura que define uma política cultural dirigida a toda a sociedade, reforma os apoios às instituições culturais nacionais (incluindo museus) e fortalece as instituições regionais, com impacto na rede de museus regionais. Criação do *Conselho de Assuntos Culturais*.

## 1975

- **Itália** – Criação do *Ministero per i Beni Culturali*.

## 1976

- **Portugal** – Início da Missão UNESCO (1976-79), liderada pelo museólogo sueco Per-Uno Agren e solicitada pelo governo português para “melhorar a coordenação entre museus, descentralizar a sua ação e criar museus de tipo novo com larga participação popular”.
- UNESCO – A Recomendação de Nairobi sobre a participação das pessoas na vida cultural incentiva os estados membros a estender e a reforçar as “redes de instituições culturais e artísticas”.

## 1977

- **Espanha** – Criação do Ministério da Cultura (RD 1.558/1977). Os museus estatais passam a depender da *Dirección General de Patrimonio Artístico, Archivos y Museos*, através da *Subdirección General de Museos y de Exposiciones* e do *Patronato Nacional de Museos*.
- **Países Baixos** – Publicação do documento programático *Towards a New Museum Policy. Government Memorandum*. Prevê a descentralização da tutela dos museus para os níveis provincial e municipal e a criação dos consultores estatais para museus.

- **Reino Unido** – Publicação do Código de Ética da MA. Entre outros padrões, são referidos os elaborados em 1971, no âmbito do esquema de creditação.
- **Suécia** – Institucionalização do sistema de apoios aos museus regionais, um por cada região, constituindo as bases da ‘rede de museus’.

#### 1978

- **França** – *Loi-programme sur les musées* (Presidência de Giscard d'Estaing) – Carta financeira para os museus para o período de 1978 a 1982.
- **Reino Unido** – A *Standing Commission on Museums and Galleries* produz o *Drew Report* que propõe a designação de alguns grandes museus locais e universitários como “museus nacionais nas províncias”, uma rede de *Area Museum Councils* e a criação da *Museums and Galleries Commission* (MGC). Um relatório interno sobre o *Museum Accreditation Scheme*, da MA, propõe uma aproximação aos AMC.

#### 1979

- **China** – Regulamentação dos Museus Provinciais, Municipais e Regionais.
- **Finlândia** – Estabelecimento do sistema de museus regionais pelo Ministério da Educação (semelhante à Suécia e Noruega). O sistema tem intrínseca a noção de credenciação.
- **Itália** – Lei regional de sistema de museus da região da Apúlia.
- **Portugal** – O relatório de Per-Uno Agren, no âmbito da *Missão UNESCO*, propõe ao governo português uma “rede coerente de museus”.
- **Reino Unido** – Criação do *UK Registrars Group*, responsável pela produção de documentos orientadores das boas práticas profissionais. Dá origem posteriormente ao *European Registrars Group*.

#### 1980

- **França** – Reunião do primeiro conselho de Ministros da Cultura da Europa em Metz, na Presidência de Giscard d'Estaing.
- **Itália** – Leis regionais de sistemas de museus das regiões da Toscana e Ligúria.
- **Portugal** – Criação do Instituto Português de Património Cultural (IPPC).

#### 1981

- **Austrália** – O *Recognition Scheme for small local museums in Western Australia* é referido como exemplo para os museus britânicos.
- **Eslovénia** (ex-Jugoslávia) – Lei de proteção do património natural e cultural. Inclui as condições para o estabelecimento de museus.
- **Espanha** – Navarra – Criação de Rede de Museus de Navarra.
- **EUA** – Criação do *Museum Assessment Programme*.
- **França** – Início da presidência de François Mitterrand e de Jack Lang como Ministro da Cultura. Anos da "exceção cultural" da França: *grands travaux* e abertura de museus nacionais.

- **Portugal** – O *Plano Museológico Nacional*, elaborado pelo IPPC, inclui o objetivo de estabelecer uma *rede museológica nacional*, o que não foi concretizado, apesar de algumas ações desenvolvidas em 1981-82.
- **Reino Unido** – A *Royal Commission on National Museums and Galleries* passa a *Museums and Galleries Commission* (MGC).

#### 1982

- **França** – Criação dos FRAM – *Fonds régionaux d'acquisition pour les musées* e dos FRAC – *Fonds régionaux d'art contemporain*.
- **Reino Unido** – A MGC promove as primeiras reuniões preparatórias do *Registration of Museums*. A expressão é usada pela primeira vez.

#### 1983

- **Nova Zelândia** – Debate sobre os méritos da credenciação de museus.
- **Portugal** – O IPPC promove a *Semana de Reflexão sobre Museus e Património Cultural e Regional*, com o Instituto Franco-Português, então presidido por Hugues de Varine.

#### 1984

- **Coreia do Sul** – Publicação da Lei de Museus.
- **Espanha** – Andaluzia – Lei 2/1984, de 9 de janeiro, Lei de Museus. É a primeira lei de museus das Comunidades Autónomas.
- **EUA** – A AAM publica *Museums for a New Century*, que traça o historial da credenciação e a necessidade de as instituições públicas serem monitorizadas.
- **Reino Unido** – Estão acreditados seis “museums services” no âmbito do programa de MA.

## II – PERÍODO EM ESTUDO (1985-2010)

#### 1985

- **Canadá** – Início da credenciação, pouco depois interrompida. Os museus manifestaram-se a favor de orientações em detrimento de um sistema de regulação.
- **Espanha** – Criação do *Sistema Espanhol de Museus*, pela Lei 16/1985, de 25 de junho, Lei do Património Histórico Espanhol. Define o conceito de museu.
- **Países Baixos** – O documento programático *Museum Policy Document* delega a gestão da maioria dos museus nas províncias e municípios.
- **Reino Unido** – Início de testes-piloto do *Museum Register* (1985-87), promovidos pela MGC em museus do nordeste de Inglaterra.

#### 1986

- **Brasil** – Criação do *Sistema Brasileiro de Museus* com o objetivo de articular e apoiar financeiramente projetos museológicos. A construção do sistema é interrompida alguns anos mais tarde.
- **China** – Regulamentação da Gestão das Coleções dos Museus do Ministério da Cultura.

- **EUA** – A política de gestão de coleções é introduzida como requisito de credenciação pela AAM.
- **Reino Unido** – Introdução experimental do *Registration* pela MGC.
- **ICOM** – O *Código Deontológico do ICOM* foi adotado pela 15ª Assembleia Geral do ICOM, reunida em Buenos Aires (Argentina), a 4 de novembro. O código constituirá a base de legislação para os museus e de sistemas de credenciação. Está atualmente traduzido em 20 línguas.

#### 1987

- **Espanha** – Regulamentação do *Sistema Espanhol de Museus*, pelo RD 620/1987, de 10 de abril.

#### 1988

- **Espanha** – Definição de sistema e de rede no IV Congresso da ANABAD – *Federación Española de Asociaciones de Archiveros, Bibliotecarios, Arqueólogos, Museólogos y Documentalistas*, em maio, em A Coruña.
- **Irlanda** – Criação do *National Heritage Council* na dependência do Primeiro-ministro.
- **Reino Unido** – Início formal do *Registration Scheme*, promovido pela *Museums and Galleries Commission* com apoio da *Museums Association*. Num processo faseado, em 1988-89 decorreram as candidaturas dos museus de noroeste e nordeste de Inglaterra e da área metropolitana de Londres.
- **Suécia** – Lei de Conservação do Património revista em 2002. Inclui competências dos museus regionais na preservação do património e na arqueologia. A lei prevê a responsabilidade de todos na preservação do património.

#### 1989

- **Espanha** – Regulamento de apoios financeiros aos museus que integram por protocolo o *Sistema Espanhol de Museus* – Ordem de 10 de julho de 1989 do Ministério de Cultura. Recurso de inconstitucionalidade apresentado pela *Generalitat* da Catalunha, só resolvido em 1996.
- **Letónia** – A Direção de Museus de Arte e Exposições da República Socialista Soviética da Letónia (criada em 1963) é transformada na Associação de Museus de Arte da Letónia.
- **Reino Unido** – No balanço do primeiro ano do *Registration*, a MGC tinha contactado 942 instituições e recebido 242 candidaturas, das quais 68% tinham sido plenamente registadas, 22% provisoriamente e 10% recusadas.

#### 1990

- **Eslovénia** – A legislação pós-independência (1991) retira o financiamento do Estado aos museus municipais, que passam a depender dos municípios.
- **Espanha** – Catalunha – Criação do sistema de credenciação *Registo de Museus da Catalunha* pela Lei de Museus – Lei 17/1990, de 2 de novembro.
- **Itália** – Primeira Conferência Nacional de Museus, em que é reclamada a falta de definição jurídica do museu enquanto instituição. Iniciativas legislativas falhadas de

reforma nacional do sistema de museus. Emília-Romanha – Lei Regional nº 20, Normas de museus de entidades locais ou de interesse local.

- **Países Baixos** – Início do *Plano Delta* (1990-2000) com vista à melhoria das condições de conservação dos museus e ao reforço do inventário. O documento de política museológica *Opting for Quality: a Policy Document for the Accessibility and Conservation of the National Heritage*, lançou o conceito de 'coleção nacional' – *Collectie Nederland*.
- **Reino Unido** – O *Registration Scheme* é introduzido na Escócia. Novo logótipo dos *Registered Museums*, quando já existiam 300 museus plenamente registados. Relatório da *Association of Independent Museums (AIM)*, *New Visions for Independent Museums*, realça o papel das redes de museus.

## 1991

- **Espanha** – Astúrias – Decreto 33/1991, de 20 de março, regula a criação de museus e o Sistema de Museus do Principado das Astúrias.
- **França** – Reforma da estrutura da DMF e da RMN. Esta é transformada em *établissement public à vocation industrielle et commerciale*, assumindo as aquisições, acolhimento e edições dos 34 museus nacionais.
- **Itália** – Projeto-lei *Nuove norme per l'autonomia delle soprintendenze e dei musei per la promozione del sistema museale* prevê um sistema museológico nacional. Não foi aprovado.
- **Países Baixos** – A Associação Holandesa de Museus publica o *Código de Ética Profissional*, inspirado no do ICOM, que seria revisto em 1999.
- **Portugal** – DL nº 278/91, de 9 de agosto – Criação do *Instituto Português de Museus*, primeiro organismo do Estado com competências específicas para museus. O art. 1º define o objetivo de criação de um *Sistema Nacional de Museus*.
- **Reino Unido** – No balanço dos três anos do *Registration* há mais de 700 museus registados.
- **UE** – Resolução do Conselho de Ministros da Cultura reconhece a importância das redes culturais europeias.

## 1992

- **Dinamarca** – Criação da rede europeia de organizações de museus NEMO – *Network of European Museum Organisations*.
- **Finlândia** – Lei de apoio aos museus, retoma a revisão da credenciação dos museus já credenciados e a sua aplicação a novos casos.
- **França** – Criação do Grupo Bizot (*Large Exhibition Organizers BIZOT Group*), impulsionado por Irène Bizot, então diretora da RMN. Formado por diretores dos maiores museus mundiais, tem produzido debates e documentos de referência na área das exposições.
- **Nova Zelândia** – *The Museum of New Zealand Act* institui o novo museu nacional com a missão prioritária de melhorar a eficácia da comunidade museológica.



- **Países Baixos** – Fim do Projeto *Vitamine*, projeto-piloto de credenciação, gerido pela Federação de Museus do Sul da Holanda, na sequência de conflitos entre os consultores e as autoridades provinciais.
- **Reino Unido** – Durante os governos conservadores é criado o *Department of National Heritage*. Debates sobre a revisão do *Registration*. A MGC segue recomendação da *Association of Independent Museums* (AIM) e abre candidaturas a projetos-piloto em rede. Criação do EMAC – *European Museum Advisors Conference* por iniciativa dos *Area Museum Councils* do Reino Unido e dos *Provincial Museum Advisors* dos Países Baixos. Os tópicos das conferências têm abrangido os temas das redes e dos padrões profissionais.

### 1993

- **França** – Primeiro projeto da Lei de Museus, adotado pelo Conselho de Ministros em março. O Louvre torna-se *établissement public*, ligado ao Ministério da Cultura. O mesmo estatuto é adotado em 1995 por Versailles e em 2004 pelos museus de Orsay e Guimet.
- **Itália** – Lei 4/93, chamada Lei Ronchey, promulga medidas no sentido do auto-financiamento dos museus nacionais e avança com o conceito de serviços de apoio, introduzindo o papel dos privados na gestão dos museus.
- **Países Baixos** – 24 de junho: *Privatisation of National Museums Act*. Início do processo de autonomização dos museus nacionais, mediante a sua transformação em fundações. Programa cultural *Investing in culture* (1993-96).
- **Reino Unido** – O *National Lottery Act* estabelece o *Heritage Lottery Fund*. Conclusão da 1ª fase do *Registration* (1998-92).
- **UE** – O Tratado da União Europeia (Tratado de Maastrich), no seu Art. 128, inclui pela primeira vez a cultura (e nesta o património cultural) como domínio de ação.

### 1994

- **Eslovénia** – A Lei da Realização do Interesse Público no Campo da Cultura estabelece que os museus devem ser “re-registados num certo período de tempo” e recomenda aos municípios o financiamento dos museus regionais.
- **Espanha** – Castela e Leão – Lei 10/1994, de 8 de julho, Normas Reguladoras dos Museus de Castela e Leão.
- **França** – Segundo projeto da Lei de Museus, também abortado.
- **Letónia** – Conferência sobre credenciação, organizada pela Associação de Museus da Letónia, com apresentação de experiências britânicas e dos EUA e das intenções holandesas, organizada em colaboração com Margriet Lestraden.
- **Países Baixos e Reino Unido** – Na sequência de contactos e de visita de técnicos da MGC aos Países Baixos, foi celebrado um acordo entre ambos os países para troca de informações e cooperação em diversos sectores, incluindo a experiência do *Registration* do Reino Unido.
- **Polónia** – Elaboração da primeira proposta de Lei de Museus por profissionais de museus.
- **Reino Unido** – Revisão e simplificação do *Registration* britânico.

## 1995

- **EUA** – Revisão dos requisitos da acreditação e da definição de museu pela AAM: as instituições sem coleções passam a ser elegíveis.
- **Irlanda** – Criação do actual *Heritage Council* (como *statutory body*), na sequência da publicação do *Heritage Act*.
- **Portugal** – *Documento Preparatório para uma Lei de Bases do Sistema Museológico Português*, da autoria da APOM e da Comissão Nacional do ICOM. A organização proposta para a realidade museológica portuguesa assenta no conceito de sistema.
- **Reino Unido** – Fim da primeira fase do *Registration Scheme*: 1 700 museus registados desde 1988. O *Department of National Heritage* propõe o *Designation scheme*, para os museus de Inglaterra no documento *Treasures in Trust – a Review of Museum Policy*.

## 1996

- **Bélgica** – Comunidade Flamenga – Decreto de reconhecimento e apoio aos museus.
- **Espanha** – Extremadura – Criação da *Rede de Museus e Exposições Museográficas Permanentes da Extremadura* – Decreto 110/1996, de 2 de julho. Múrcia – Lei 5/1996, de 30 de julho, regula os museus da região de Múrcia. O Tribunal Constitucional de Espanha dá razão ao recurso da Catalunha sobre a inconstitucionalidade de alguns artigos do Regulamento de apoios financeiros aos museus do SEM.
- **Polónia** – Aprovação da Lei de Museus.

## 1997

- **Espanha** – Convocatória de apoios financeiros aos museus do SEM, feita pelo Ministério da Cultura, apesar da resolução do Tribunal Constitucional. A partir desta data o MC não volta a abrir candidaturas e os museus perdem interesse em aderir ao SEM.
- **Irlanda** – O *National Cultural Institutions Act* define o funcionamento do *National Museum* e da *National Gallery* e cria os *Designated museums* – museus locais, indicados pelo Diretor do *National Museum* para acolher coleções arqueológicas.
- **Itália** – Lácio – Lei Regional nº 42, de 24 de novembro – reconhecimento dos museus inseridos na Organização Museológica Regional.
- **Letónia** – Publicação da Lei dos Museus, que inclui o estabelecimento do sistema de credenciação, a criação da Autoridade Estatal de Museus e do organismo consultivo *Conselho de Museus*.
- **Nova Zelândia** – Nomeação de um *Project Manager* para o *Museum Standards*, com a tarefa de investigar outros sistemas de credenciação. Foram estudados os casos dos EUA, Canadá, Reino Unido, Austrália, África do Sul e Países Baixos. Realização de 13 encontros regionais no país.
- **Países Baixos** – Definição dos requisitos da credenciação, *Nederland Museumregister*, pela Associação Holandesa de Museus (*Museumvereniging*) e pela Fundação dos Consultores dos Museus Holandeses (*Landelijk Contact van Museumconsulenten*). Criação do *Instituut Collectie Nederland*, na sequência da fusão de três organismos.
- **Polónia** – Criação do sistema de credenciação, *Registo Estatal de Museus*.

- **Portugal** – Primeira referência oficial à criação da Rede Portuguesa de Museus (RPM) no diploma de reestruturação do IPM (DL n.º 161/97, de 26 de junho). No *Encontro Museologia e Autarquias*, em Portimão, é debatida a RPM e proposta uma *Associação de Museus Municipais*, que não é concretizada.
- **Reino Unido** – Durante o governo trabalhista, o *Department for National Heritage* passa a *Department for Culture, Media and Sports*. Lançamento do *Designation Scheme* em Inglaterra.
- **UE** – O *Manifesto of the European Cultural Networks* é adotado pelo *Forum of European Cultural Networks*.

## 1998

- **Alemanha** – Criação, a nível federal, do Ministério para os Assuntos Culturais. As reminiscências da utilização do aparelho do Estado pela propaganda nazi e o facto de a Constituição estipular que “a arte é livre” estão na base da criação tardia deste ministério.
- **Áustria** – Caríntia – Início da credenciação de museus como projeto-piloto para a Áustria.
- **Colômbia** – Criação do programa *Rede Nacional de Museus*, pelo Ministério da Cultura, a partir do *Museu Nacional da Colômbia*.
- **Croácia** – Aprovação da Lei de Museus.
- **França** – O Comité de Assuntos Culturais da Assembleia Nacional cria um grupo de missão para os museus, presidido por Alfred Recours, de cujos trabalhos, em colaboração com o governo, resultará a Lei de Museus.
- **Irlanda** – O *Heritage Council* promove consultas sobre a credenciação ao sector de museus e um seminário com especialistas do Reino Unido, EUA, Canadá e Nova Zelândia.
- **Itália** – Criação do *Ministero per i Beni e le Attività Culturali* (MiBAC), designação mantida até à actualidade, em substituição do *Ministero per i Beni Culturali e Ambientali* (1975). O DL 112/1998, art. 150 (transferência da gestão dos bens e actividades culturais do Estado para outras entidades territoriais) estabelece a necessidade de definir critérios técnico-científicos e padrões mínimos para as instituições a transferir e dá origem à criação de comissão paritária, que preparará o *atto di indirizzo*. A transferência das instituições estatais não chegou a concretizar-se.
- **Letónia** – Início de funções do novo organismo governamental para os museus, a *Autoridade Estatal de Museus*. Criação do *Conselho Nacional de Museus*. Preparação do sistema de credenciação, incluindo seminários com especialistas do Reino Unido e dos Países Baixos.
- **Países Baixos** – Introdução de sistema de credenciação *Museumregister*.
- **Polónia** – Dos nove museus nacionais existentes, são seleccionados três para ficar sob controlo direto do estado (Museu Nacional em Cracóvia; Museu Nacional em Varsóvia; Museu Nacional em Poznan), sendo os restantes transferidos para as administrações regionais.

- **Portugal** – O Instituto Português de Museus (IPM) e o Observatório de Actividades Culturais (OAC) promovem o *Inquérito aos Museus de Portugal* (1998-99, publicado em 2000), primeiro diagnóstico abrangente da realidade museológica nacional.
- **Reino Unido** – Transferência de poderes para Escócia, País de Gales e Irlanda do Norte. Criação das *Regional Development Agencies*. Os museus nacionais iniciam algum trabalho em rede com museus regionais e locais. A MA divulga o novo conceito de museu.

## 1999

- **Eslovénia** – Lei de proteção do património cultural refere a rede de museus regionais e municipais a definir pelo governo no prazo de 6 meses, o que não aconteceu.
- **Espanha** – Comunidade de Madrid – Lei de Museus, Lei 9/1999 de 9 de abril.
- **Grécia** – Atenas – A conferência anual do ICR – Comité de Museus Regionais do ICOM, *Melhorar a Qualidade dos Museus*, incide sobre a credenciação e origina a publicação *Museum Accreditation. A Quality Proof for Museums. Proceedings of the Annual Meeting of ICR in Athens 1999*. É o 1º comité do ICOM a tratar da credenciação.
- **Irlanda** – Primeira fase do estudo-piloto conducente ao *Museum Standards Programme*. O projeto-piloto durou de 1999 a 2004.
- **Itália** – Constituição de comissão paritária, prevista no DL 112/1998, art. 150, com especialistas do MiBAC, entidades territoriais, associações e universidades para preparar os padrões para os museus. Início dos trabalhos deste Grupo promovido pela *Conferenza delle Regioni*, em 12 de março, e preparação do documento *Standard per i musei italiani*, aprovado em setembro. No *Testo Unico* sobre bens culturais (DL 490/99), os museus são reconhecidos enquanto "estruturas". Rimini, 11-15 maio – *IV EMAC European Museums Advisers Conference – Working in network*.
- **Nova Zelândia** – Início do esquema de credenciação (*museum standard scheme*) com um projeto-piloto e um projeto com museus regionais.
- **Países Baixos** – Criação de uma fundação para gerir o sistema de credenciação (*Stichting Het Nederlands Museumregister*).
- **Portugal** – O diploma de reestruturação do IPM (DL n.º 398/99, de 13 de outubro) reitera o objetivo de criação da *Rede Portuguesa de Museus*.
- **Reino Unido** – A credenciação atinge mais de 1 700 museus. O *Museums Journal* inicia a secção *Networking* onde são divulgados os principais grupos profissionais e associações de museus do Reino Unido. A *Audit Commission* estabelece, pela primeira vez, indicadores quantitativos nacionais para os museus, para o ano fiscal de 1999-2000.

## 2000

- **Itália** – Grupo técnico de trabalho para a definição dos padrões, constituído pelo D.M. de 25/7/2000 (representantes do Estado, das regiões e consultores externos). Lei Regional n.º 18 de 24 de março – Lei de Museus da região da Emilia-Romanha. Encontro *I musei: standard di funzionamento e modelli di gestione*, em Gaeta, Região do Lácio.

- **Portugal** – Criação da *Estrutura de Projeto Rede Portuguesa de Museus* – Despacho Conjunto dos Ministros da Cultura e das Finanças nº 616/2000, de 17 de maio. Criação do *Grupo de Trabalho da RPM*, órgão consultivo informal. A Associação Nacional de Municípios Portugueses cria a *Secção de Municípios com Museu*, interlocutor da RPM até c. 2003, quando deixa de exercer actividade regular.
- **Reino Unido** – Fusão da *Museums and Galleries Commission* com a *Library and Information Commission* e integração no novo organismo *Re:source The Council for Museums, Archives and Libraries*. A delegação de poderes (*devolution*) na Escócia, País de Gales e Irlanda do Norte tem repercussões na criação de organismos para os museus nestas regiões. Extinção dos *Area Museum Councils*.

## 2001

- **Espanha** – Cantábria – Lei de Museus, lei 5/2001, de 19 de novembro.
- **França** – O projeto de lei relativo aos museus de França é entregue à Assembleia Nacional.
- **Irlanda** – O *Heritage Act Fund* estipula o financiamento de aquisições para as instituições culturais nacionais e a criação do *Council of National Cultural Institutions*. Segunda fase do estudo-piloto do *Museum Standards Programme*.
- **Itália** – *DM de 10 de maio: Atto di indirizzo sui criteri tecnico-scientifici e sugli standard di funzionamento e sviluppo dei musei*. No campo da gestão dos museus estatais é criada a *Soprintendenze Speciali per i Poli Museali veneziano, fiorentino, romano e napoletano*. A reforma da Constituição dota as regiões de poderes legislativos no mesmo plano dos estatais. Milão, 9-10 março – Encontro *I sistemi museale in Europa: una sfida para el futuro*.
- **Países Baixos** – Plano cultural *Culture as confrontation* (2001-2004).
- **Polónia** – Revisão do *Registo Estatal de Museus*. Diploma do Ministro da Cultura e do Património Cultural, de 20 de junho.
- **Portugal** – Adesão dos primeiros museus à *Rede Portuguesa de Museus*. Criação do *Programa de Apoio à Qualificação de Museus* (PAQM), pelo Despacho Normativo nº 28/2001, de 23 de maio. *Fórum Internacional Redes de Museus* com conferencistas de Espanha (Catalunha), França, Itália (Lombardia), Noruega, Reino Unido e Suécia.
- **Reino Unido** – Introdução do ingresso gratuito nos museus nacionais. Constituição da *Regional Museum Task Force* para preparar o programa *Renaissance in the Regions*.
- ICOM – Aprovação do novo Código de Ética na Assembleia Geral em Barcelona.

## 2002

- **Croácia** – Criação da *Rede de Museus da República da Croácia*.
- **França** – Lei dos Museus de França, Lei nº 2002-5, cria o *label musées de France* e o *Haut Conseil des Musées*. A Lei nº 2002-6 cria os *établissements publics de coopération culturelles*, para a cooperação entre as *collectivités territoriales* na gestão de serviços públicos culturais. Decretos de 25 de abril e 2 de maio de 2002 definem os requisitos de inventário, conservação e restauro. A 4 de junho, o Ministro da Cultura e da Comunicação apresenta a reforma dos museus nacionais, que lhes concede maior autonomia e reenquadra as missões da RMN.

- **Irlanda** – O *National Heritage Plan*, emanado do *Department of Arts, Heritage, Gaeltacht and the Islands*, refere o *system of quality assurance* para museus.
- **Itália** – Lombardia – Primeira região italiana a iniciar a credenciação de museus.
- **Reino Unido** – Preparação da nova fase do *Registration Scheme*. Criação do programa *Renaissance in the Regions* pelo MLA, dirigido à qualificação dos museus regionais de Inglaterra. São apresentadas as candidaturas ao estatuto de *regional hub* pelas nove regiões de Inglaterra. Relatório de investigação *From Australia to Zanzibar. Museum Standards Schemes Overseas. A research project for Re:source* – Primeiro estudo comparativo de sistemas de credenciação à escala internacional.

## 2003

- **Alemanha** – O *Código de Ética do ICOM* é traduzido para língua alemã pelos comités nacionais do ICOM da Alemanha, Áustria e Suíça.
- **Bélgica** – Comunidade Francófona – Diploma de 17 de julho relativo ao reconhecimento oficial dos museus e ao seu financiamento público.
- **Brasil** – Lançamento da *Política Nacional de Museus* do Brasil, que inclui a implementação do *Sistema Brasileiro de Museus*, o incentivo à criação de sistemas estaduais e municipais de museus e a criação do *Cadastro Nacional de Museus*.
- **Espanha** – Ilhas Baleares – Lei de Museus, lei 4/2003, de 26 de março.
- **França** – Decreto de 17 setembro publica a lista dos museus de França. Em 17 de maio, formação do *Haut Conseil des Musées de France*, criado pela Lei dos Museus.
- **Irlanda** – A *Policy Framework for the Irish Museum Sector*, emanado do *Heritage Council*, inclui um esquema nacional de credenciação de museus e uma estratégia de formação. Outras medidas apontadas não foram cumpridas, como a criação de uma agência governamental para os museus.
- **Itália**, Nápoles – 9-10 outubro – *Seminário europeu sobre padrões e modelos de gestão para museus*, promovido pela Presidência italiana da UE. Início de projeto-piloto (2003-2004), promovido pelo MiBAC e envolvendo 12 museus estatais para aplicação de alguns campos do *Atto di indirizzo*, que dará origem à publicação *Strumenti di Valutazione per i Musei Italiani. Esperienze a Confronto*. Lei Regional nº 24, de 22 de dezembro, Lei de Museus da Região da Úmbria.
- **Portugal** – Suspensão das candidaturas de adesão à RPM, por Despacho Ministerial de 29 de maio, por estar em preparação a Lei-Quadro dos Museus Portugueses.
- **Reino Unido** – No âmbito do *Renaissance*, os primeiros três centros regionais são selecionados e recebem financiamento governamental do *Re:source*. Debate sobre a revisão do *Registration Scheme*. O DCMS lança o programa *Strategic Commissioning Programme 2003-2004* para estímulo às parcerias educativas entre museus nacionais e regionais.
- **Roménia** – Lei de Museus e Coleções Públicas, Lei 311/2003.
- **UE** – Resolução do Conselho da UE relativa à cooperação entre instituições culturais no domínio dos museus, intitulada *Na via de um espaço cultural dos museus europeus*.

## 2004

- **Alemanha** – Grupo de trabalho constituído pela *Deutsche Museumsbunde* (Associação de Museus Alemães) com participantes da Comissão Nacional do ICOM, do instituto federal *Istitut für Museumsforschung* e das associações estatais de museus para produzir linhas de orientação para o sector museológico. Sistema de registo de museus no estado da Renânia-Palatinado.
- **Bélgica** – Comunidade Flamengo – Nova Lei de Museus, alargando o âmbito dos requisitos.
- **Brasil** – Criação do *Sistema Brasileiro de Museus*, pelo Decreto 5 624 de 24 de novembro.
- **Espanha** – Reestruturação do Ministério da Cultura e da *Subdirección General de Museos Estatales* – RD 1601/2004. Esta *Subdiréccion* elabora o *Plan Estratégico da Red de Museos Estatales* (2004 a 2008).
- **França** – A Lei de Museus é incluída no livro IV do *Code du patrimoine*.
- **Irlanda** – Publicação de *Museum Standards Programme for Ireland – Guidelines to the Standards*.
- **Itália** – O *Codice dei beni culturali e del paesaggio* (DL de 22 janeiro) inclui no art. 110 o conceito de museu, pela primeira vez legalmente definido. Criação do *Centro per i Servizi Educativi dei Musei e del Territorio*. Lei Regional nº 23, de 23 de fevereiro, Lei de Museus da região de Campânia.
- **Letónia** – Entrada na UE. Neste ano e no seguinte, 12 museus dependentes do Ministério da Cultura são transformados em agências estatais, dotados de maior autonomia. Regulamento da Credenciação de Museus.
- **Países Baixos** – O Ministério da Educação, Cultura e Ciência e a Agência do Património Cultural organizam o seminário *Museum collections on the Move* no âmbito da Presidência holandesa da UE. O tema tinha sido abordado no Seminário de Nápoles em 2003.
- **Polónia** – Entrada na UE. O governo introduz um programa de centros de arte contemporânea e de coleções regionais de arte contemporânea, baseado nos FRAC franceses.
- **Portugal** – Publicação da *Lei-Quadro dos Museus Portugueses*, Lei nº 47/2004, de 19 de agosto: define o conceito de museu, institucionaliza a RPM e cria o sistema de credenciação.
- **Reino Unido** – Terceira fase do *Registration Scheme*, que passa a designar-se *Accreditation Scheme for Museums in the United Kingdom*. Neste ano o *Re:source* passa a denominar-se *Museums, Libraries and Archives* – MLA.
- **Suécia** – Programa governamental *Operação Património*, dirigido ao reforço dos museus regionais.

## 2005

- **Alemanha** – Documento resultante do grupo de trabalho *Standards für Museen*, a desenvolver e a aplicar pelos *Länder*. Nos estados da Baixa Saxónia e de Bremen são criados projetos-piloto de credenciação.

- **EUA** – Revisão dos padrões de acreditação pela AAM: *Characteristics of an Accreditable Museum, Accreditation Commission Expectations*.
- **Finlândia** – Introdução de um sistema complementar à credenciação, inspirado no modelo de qualidade total EFQM.
- **Letónia** – Revisão da orgânica da Autoridade Estatal de Museus.
- **Países Baixos** – Planos culturais *General Cultural Policy Letter: More than the Sum* (2005-2008) e *The Future of the Past*. Segundo o último plano, todos os museus (além dos nacionais) se podem candidatar a apoios do Estado, numa alteração das políticas de descentralização seguidas desde os anos 1980.
- **Reino Unido** – MLA cria o programa *Subject Specialist Networks* (SSNS) e atribui financiamento a estas redes.

## 2006

- **Alemanha** – Publicação dos *Standards für Museen*.
- **Brasil** – Lançamento do *Cadastro Nacional de Museus* no âmbito do *Sistema Brasileiro de Museus*.
- **Espanha** – País Basco – Lei de Museus de Euskadi, lei 7/2006, de 1 de dezembro.
- **Irlanda** – Lançamento efetivo do *Museum Standards Programme for Ireland* pelo *Heritage Council*.
- **Itália** – Por Decreto Ministerial de 1 de dezembro é instituída uma comissão, presidida por Massimo Montella, para formular uma proposta de avaliação dos museus, na base de elementos comuns a todo o território nacional. A interrupção da legislatura não permitiu traduzir esta proposta em legislação formal.
- **Letónia** – Aprovação da nova Lei de Museu pelo Parlamento, a 3 de janeiro. Publicação do novo decreto de regulamentação da credenciação de museus nº 532, em 27 de junho. Decreto de regulamentação dos Tesouros Nacionais.
- **Portugal** – Estabelecimento da credenciação pelo Despacho Normativo nº 3/2006, de 25 de janeiro. Criação do *ProMuseus*, programa de apoio financeiro a museus credenciados, pelo Despacho Normativo nº 3/2006, de 25 de julho.
- **Roméia** – Criação da *Rede Nacional de Museus da Roméia*.

## 2007

- **Croácia** – Zagreb, 22 e 23 de fevereiro – Mesa Redonda *Redes de Museus na Europa*, promovida pelo Centro de Documentação de Museus. Conferencistas da Bélgica (Comunidade Flamengo), Noruega, Portugal e Itália (Tirol).
- **Espanha** – Andaluzia – *Lei de Museus e Coleções Museográficas da Andaluzia* – Lei 8/2007, de 5 de outubro.
- **França** – O governo inicia o processo de revisão geral das políticas públicas, incluindo o sector dos museus.
- **Itália** – Aplicação pelo MiBAC a 158 museus estatais do inquérito de auto-avaliação *Verifica degli standard museali*, respeitante a dois âmbitos do *Atto di indirizzo* que dará origem à publicação *Musei Pubblico Territorio. Verifica degli Standard nei Musei Statali*.



- **Polónia** – É apresentada ao Parlamento uma proposta de revisão da Lei de Museus, para eliminar discrepâncias com a Lei de Organização das Atividades Culturais. Criação do *Conselho Nacional de Património* pelo Ministério da Cultura e do Património Nacional, com funções que incluem a gestão do diretório dos museus polacos, informação sobre boas práticas e coordenação da digitalização.
- **Portugal** – No âmbito do PRACE, criação do *Instituto dos Museus e da Conservação* (IMC), mediante fusão do IPM e do IPCR – DL nº 97/2007, de 29 de março. Atribuições relativas à RPM cometidas ao Departamento de Museus do IMC. Criação das *Direções Regionais de Cultura* – DR 34/2007, de 29 de março, com competências no apoio técnico a museus em articulação com o IMC. Criação do *Conselho Nacional de Cultura* e da respetiva *Secção de Museus e Conservação*, com atribuições na emissão de pareceres sobre a credenciação de museus – DR nº 35/2007, de 29 de março. Em 18 de maio reabertura das candidaturas à credenciação de museus, interrompidas desde 2003, na decorrência das sucessivas alterações legislativas. Criação da Rede de Museus do Algarve, primeira rede regional de museus em Portugal.

## 2008

- **Alemanha** – No estado de Mecklemburgo-Pomerânia Ocidental é aplicado um questionário com funções de avaliação dos museus.
- **China** – Preparação de documentação para a Regulamentação dos Museus.
- **França** – Reorganização da RMN que passa a ter menos competências na sequência da progressiva autonomia conferida aos “grandes museus”.
- **Lituânia** – Diploma de credenciação de museus, emanado do Ministério da Cultura.
- **Países Baixos** – Início da revisão do *Museumregister*.
- **Polónia** – Um grupo de profissionais de museus apresenta ao Ministério da Cultura uma proposta de criação do Instituto de Museologia.
- **Uruguai** – Projeto de *Sistema Nacional de Museus do Uruguai*, promovido pelo Ministério da Educação e Cultura.
- **UE** – Início dos trabalhos do Grupo OMC *Mobilidade das Coleções*, incluindo o subgrupo *Mobilidade dos Profissionais de Museu*.

## 2009

- **Brasil** – Criação do *Instituto Brasileiro de Museus* (IBRAM) pela Lei nº 11 906, de 20 de janeiro.
- **Espanha** – Criação da *Rede de Museus de Espanha* pelo RD 1305/2009, de 31 de julho. Não são tomadas medidas posteriores de concretização desta rede.
- **França** – No âmbito da reorganização do Ministério da Cultura e da Comunicação, pelo Decreto nº 2009-1393, de 11 de novembro, é extinta a *Direction des Musées de France* e criada a *Direction Générale des Patrimoines* (DGP), que compreende uma subdireção de coleções e uma subdireção de políticas de museus. Nesta, são criados dois gabinetes de redes : *bureau des réseaux territoriaux* e *bureau des réseaux professionnels*.
- **Itália** – Decreto do Presidente da República de 2 de julho, n. 91, reorganiza o MiBAC. Na região da Emília-Romanha 109 museus obtêm o estatuto de ‘museu reconhecido’,

em aplicação dos padrões do *atto di indirizzo* e da deliberação da Junta Regional nº 309/03.

- **Polónia** – No Congresso de Cultura Polaca são apresentados relatórios e propostas para o sector de museus, incluindo a criação de um Instituto de Museologia.
- **Portugal** – O *Código Deontológico do ICOM para Museus* é traduzido para língua portuguesa e publicado pelos comités nacionais do ICOM de Portugal e do Brasil.
- **Reino Unido** – Início da revisão do esquema de acreditação.
- **Suécia** – Novas orientações da política cultural com impacto nos museus: transferência do financiamento estatal a museus regionais para o nível regional; reforço do papel da Associação Sueca de Museus; reforço da cooperação entre museus.
- **Uruguai** – Montevideu – Curso *Redes de Museus na Ibero-América*, promovido pela *Subdirección General de Museos* de Espanha.

## 2010

- **França** – Início do funcionamento da *Direction Générale des Patrimoines*.
- **Itália** – Lei das Finanças Locais prevê limitações a despesas dos municípios, com consequências no menor financiamento dos museus.
- **Letónia** – Extinção da *Autoridade Estatal dos Museus*, substituída por uma *Divisão de Museus e Artes Visuais* do Ministério da Cultura. Alterações na credenciação.
- **Portugal** – Encontros regionais de museus, promovidos pelas Direcções Regionais de Cultura e pelo IMC, de incentivo à criação de redes regionais de museus em articulação com a RPM (2010-2011).
- **Reino Unido** – Revisão do sistema de credenciação, suspensão das candidaturas e aplicação de testes-piloto. Anúncio da nova política do governo conservador: extinção da MLA, cortes financeiros e medidas da *Big Society*.

## III – PROLONGAMENTOS (2011-13)

### 2011

- **Espanha** – Abertura de candidaturas a apoios financeiros a museus por parte do Ministério da Cultura (as últimas tinham sido em 1997) – Ordem CUL/1781/2011 de 25 de maio e Ordem CUL/1782/2011 de 25 de maio.
- **EUA** – Segundo a AAM, 775 museus estavam acreditados.
- **França** – A RMN é objeto de reestruturação e fusão pelo Decreto nº 2011-52 de 3 de janeiro, que cria o *Établissement Public de la Réunion des Musées Nationaux e Grand Palais des Champs-Élysées*. O conselho de análise económica publica o relatório *Valoriser le patrimoine culturel de la France* que inclui uma proposta de ingressos diferenciados de acordo com as nacionalidades. O Tribunal de Contas publica o relatório *Les Musées Nationaux après une décennie de transformations (2000-2010)*.
- **Irlanda** – Desde 1 de maio, no âmbito do novo governo, o *Heritage Council* foi transferido para o *Department of Arts, Heritage and the Gaeltacht*. Anteriormente estava no *Department of Environment, Community and Local Government*.

- **Países Baixos** – Extinção do ICN – *Instituut Collectie Nederland*, cujas competências são integradas na Agência do Património Cultural. (Rijksdienst voor het Cultureel Erfgoed – RCE).
- **Polónia** – Criação do NIMOZ – Instituto Nacional de Museologia e Proteção das Coleções pelo Ministério da Cultura e do Património Nacional. Programa de formação dirigido a museus *do Registo Estatal de Museus*, com objetivos de reforço das competências dos profissionais.
- **Portugal** – Extinção do Ministério da Cultura. Anúncio da extinção do IMC e integração na Direção-Geral do Património Cultural (DGPC). No DL 126-A/2011, de 29 de dezembro – Lei orgânica da Presidência do Conselho de Ministros, são inseridas nas atribuições desta Direção-Geral a *qualificação e credenciação dos museus portugueses, o reforço e consolidação da Rede Portuguesa de Museus*.
- **Reino Unido** – Extinção do MLA e integração de competências relativas aos museus no *Arts Council England (ACE)*. A credenciação faz parte das atribuições do novo serviço *Museums & Renaissance*.

## 2012

- **Espanha** – O Ministério da Cultura dá lugar ao *Ministerio de Educación, Deporte y Cultura*, que integra a nova *Dirección General de Bellas Artes y Bienes Culturales y Archivos y Bibliotecas*.
- **Países Baixos** – Lançamento da nova versão do *Museumregister*. Autonomização da Fundação para o Registos dos Museus Holandeses.
- **Portugal** – O IMC rescinde os contratos com a equipa técnica da RPM sendo interrompidas as atividades relativas a esta rede e à credenciação. O DL nº 115/2012, de 25 de maio, cria a Direção-Geral do Património Cultural e define as suas atribuições, entre as quais “promover a qualificação e credenciação dos museus portugueses, superintender, reforçar e consolidar a rede Portuguesa de Museus” (alínea a do nº 2 do art. 2º). A Portaria nº 223/2012, de 24 de julho estabelece a orgânica da DGPC.
- **Reino Unido** – Lançamento do novo *Accreditation Scheme* pelo ACE, em conjunto com os *Museums, Archives and Libraries Wales, Museums Galleries Scotland* e *Northern Ireland Museum Council*. Em fevereiro participam 1 781 museus no esquema: 1 713 com acreditação plena e 72 com acreditação provisória.

## 2013

- **Brasil** – Regulamentação da Lei-Quadro dos Museus Brasileiros pelo Decreto nº 8 124 de 17 de outubro.
- **Portugal** – Início da atividade do serviço da DGPC com competências relativas à credenciação e à RPM, a Divisão de Museus e Credenciação.